



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu

Estado do Rio Grande do Sul

**PORTARIA Nº 113/2019**

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 2239/2003;

**RESOLVE:**

**ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para esclarecer os fatos relatados no requerimento protocolado sob nº 1494/2019 em nome de Ivo Quandt Timm, em que solicita o ressarcimento dos prejuízos materiais ocorridos em seu veículo, um caminhão Volkswagen, modelo Delivery 5 150, placas IVJ 3544, ocorrido na data de 13.03.2019, envolvendo o servidor público municipal **MELCHIOR DOMINGOS VERZELETTI**, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, matrícula nº 4040-1, incorrendo o mesmo em possível descumprimento dos deveres previstos no inciso IX do artigo 169 da Lei 2239/2003, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canguçu-RS.

**ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

**ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 25 DE MARÇO DE 2019.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**ELIEZER JORGE TIMM**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA**  
**RELATÓRIO DA COMISSÃO**

**Senhor Prefeito Municipal:**

A Comissão de Processo Administrativo, designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 113/2019, quais seja, o acidente envolvendo o veículo guiado pelo servidor municipal Melchior Domingos Verzeletti e o particular Ivo Quandt Timm, vem à presença de Vossa Excelência apresentar o relatório conclusivo nos termos a seguir expostos:

**I - PRELIMINARMENTE:**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

**II - DOS FATOS APURADOS: DA PROVA TESTEMUNHAL e DOCUMENTAL:**

Na análise do conjunto probatório, a Comissão colheu os depoimentos do servidor Melchior Domingos Verzeletti e do particular Ivo Quandt Timm, bem como analisou a documentação por este anexada.

**III – CONCLUSÃO:**

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, na Sindicância Administrativa referente ao acidente envolvendo veículo da Prefeitura guiado pelo servidor Melchior Domingos Verzeletti, vem dizer o que segue:


Em seu depoimento (fls.11), o servidor declarou, que no que tange ao referido fato:

*“(...) estava patrolando a estrada em uma curva seguida de uma ponte, em uma descida, patrolando para frente, quando verificou que o caminhão havia “encostado” na patrola, ressaltando que qualquer veículo deve manter distância de 30 metros da patrola,*



DE ACORDO COM PARCELA  
DA COMISSÃO. SOLICITO  
A OMB QUE INFORME O  
CIDADE.

10/01/2020

  
Vinícius Pegoraro  
Prefeito Municipal  
Canguçu - RS

*sendo isso indicado por placa de sinalização. O depoente ressalta que a patrola anda cerca de 5km/h, enquanto trabalha. Relata que a estrada em que ocorreu o acidente, te cerca de 10m de largura e a patrola cerca de 2,5m. Relata que estava em primeira ou segunda marcha quando do acidente. O depoente declara que não agiu coim culpa, não tendo qualquer intenção de realizar o pagamento. (...)”*

Por sua vez, o depoente Ivo, ao ser questionado sobre o acidente, informou que:

*(...) em torno de dois meses atrás sofreu um acidente envolvendo seu caminhão, causando danos ao veículo. O depoente chegou a buzinar, mas o maquinista continuou dando ré. Diz, ainda, que ficou nervoso e não conseguiu realizar a marcha ré em seu caminhão. Ressalta que o terreno era plano e que o fato se deu na quarta Zona, próximo ao Posto de Saúde Lauro Sá, entre duas pontes. Quando da batida o depoente afirma que estava entre quinze e vinte metros de distância da máquina, vinha em velocidade baixa, pois recém tinha saído da ponte de madeira, na qual só havia espaço para passar um veículo de cada vez. O depoente afirma que não havia sinalização na estrada, porém viu quando a patrola acionou a ré.(...)*

Em análise aos depoimentos supra destacados, resta evidente que não houve qualquer responsabilidade por parte do servidor no que toca ao acidente em comento, se não vejamos:

Constando do depoimento do particular, este disse que recém havia saído de uma ponte onde havia espaço somente para um veículo, bem como que o terreno era plano, ou seja, pode visualizar a máquina da Prefeitura.

Além disso, estava há 15 ou 20 metros de distância da máquina (patrola), ou seja, em distância inferior às recomendadas nas placas que constam nas máquinas da Prefeitura (30 metros).

Acrescente-se ainda que o particular ficou nervoso ao manobrar a marcha ré. Ou seja, ainda que o servidor tenha dado marcha ré, o particular, não tomou os cuidados devidos, nem a distância exigida.

Por fim, deve-se também destacar a baixa velocidade que a máquina (patrola) consegue imprimir, o que facilita qualquer manobra defensiva que poderia ter sido feita e não o foi.


Isto posto, afastada a responsabilidade do servidor, e a consequente desnecessidade de ressarcimento do particular requerente, posto que o mesmo agiu com culpa, da modalidade imprudência, visto que não tomou os cuidados devidos à direção defensiva que deveria ter observado.


Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.


Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

*20/03/2020 copio 13-3-2020*

Canguçu, 29 de Julho de 2019.

  
Rodrigo T. Larangeira  
Presidente da Comissão

  
Kauane S. Pedroso  
Membro da Comissão


  
Carem B. Quintana  
Secretaria da Comissão

*A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO  
SOLICITA INFORMAÇÕES, QUANTO A EXISTÊNCIA DE  
SINALIZAÇÃO NA VIA, OU SE EXISTIA SOMENTE NA  
MAQUINA*  
*09/08/19*

*Administrativo*  
*-P/ Arquiv.*  
*Obs: Fora do ciclo*  
*Ao Sr. Ivo B. Timm em*  
*13/02/2020 a 09h*  
*13/02/2020*

*Edmilson Martins da Rosa*  
*Secretário Municipal*  
*de Gestão*

*Conforme relatos dos autos, a sinalização existia  
somente no veículo (máquina).*

  
Dr. Rodrigo Thompson Larangeira  
OAB/RS 51.804  
Procurador do Município

*Em 20/8/19*  
